



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681106 - RJ (2021/0224809-6)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : MEDSON COUTINHO RODRIGUES FILHO
ADVOGADO : MEDSON COUTINHO RODRIGUES FILHO - RJ145963
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : PETTERSON BORGES DA COSTA (PRESO)
CORRÉU : MARCIO TEIXEIRA ALBUQUERQUE
CORRÉU : HILDINEI DE MENDONÇA MARCELO
CORRÉU : RHENNÃ DA SILVA BORGES
CORRÉU : VALDECIR DA SILVA VARGAS JÚNIOR
CORRÉU : FABIANO VARGAS ALVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PETTERSON BORGES DA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação n. 0182405-46.2007.8.19.0004).

O impetrante sustenta que, mesmo sendo advogado constituído pelo paciente para representá-lo, não foi intimado dos atos processuais, inviabilizando a defesa técnica, em especial porque inviabilizada a sustentação oral.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem (fl. 16):

a) "DEVENDO SER DECLARADOS NULOS TODOS OS ATOS SUBSEQUENTES à juntada da petição da procuração do impetrante que requereu vista dos autos nas fls. 4946 datada de 27 de janeiro de 2020, e que nunca foi apreciada, somente sabendo desse fato após a inclusão do nome do impetrante no sistema DCP em 13 de julho de 2021, e /ou alternativamente que se esse não for o entendimento do Ilustre Ministro que seja então devolvido o prazo ao impetrante para que possa apresentar Recurso Especial e Recurso Extraordinário";

b) a revogação do mandado de prisão com a consequente soltura do paciente, já que tem o direito de recorrer em liberdade, conforme a decisão de Sentença da 1ª instância à fl. 4.157.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, ao Juízo de primeira instância, sobretudo acerca do andamento da ação penal objeto deste *habeas corpus*, esclarecendo quanto à apreciação da mencionada petição de fl. 4.946.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente